

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETIVO.

Contratação de empresa especializada no fornecimento de **prestação continuada de Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), na modalidade link dedicado de internet, para acesso à Internet Banda Larga por meio de Cabo/Fibra Ótica e tecnologia rádio** para atender a Secretaria Municipal de Administração, Manutenção da Secretaria Municipal de Administração, Manutenção do Departamento de Compras, Manutenção do Departamento de Licitação, Manutenção do Departamento de Patrimônio, Manutenção do Departamento de Trânsito, Manutenção do Controle Interno e manutenção do Departamento da Junta Militar, Manutenção do Gabinete do Prefeito, Manutenção da Assessoria de Comunicação e Manutenção da Procuradoria Geral, Serviço de Inspeção Municipal, manutenção da Secretaria de Agricultura, manutenção da Feira Municipal, Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, manutenção da Secretaria de Planejamento, Manutenção da Secretaria de Tributos e Terras, Manutenção da Secretaria de Infraestrutura e Transporte, - Manutenção do Fundo Municipal de Meio Ambiente, - Projetos Quilônios do Araguaia, - Manutenção e Ampliação do Aterro Sanitário, - Manutenção do Fundo de Assistência Social, - Manutenção dos Conselhos Municipais de Assistência Social, - Manutenção do ILPI – Instituto de Longa Permanência Para Idosos, - Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, - Serviço de Média Complexidade – PAEFI, - Serviço de Alta Complexidade, - Serviços de Proteção Social Básica, - Manutenção do Programa Atensão Integral à Família – PAIF, - Equipe Volante, - Serviços de Proteção Social Básica – Estado, - Serviço de Proteção Social Especial – Estado, e - Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família; – Manutenção do Fundo Municipal de Cultura e – Manutenção da Casa de Cultura; segundo quantitativos indicados no DFD.

1.1.1. Estimativas de consumo consolidadas, do órgão gerenciador e demais secretarias.

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QTD EM MEGABYTES
1	Serviço de Link de dados, dedicado e simétrico, com acesso à internet, via fibra óptica	21.420

LOCAL DE INSTALAÇÃO/ATIVAÇÃO		
LOCAL 1	Descrição:	Prefeitura Municipal de Santana do Araguaia - Pará de Santana do Araguaia - PA
	Endereço:	Praça dos Três Poderes – S/Nº Centro CEP: 68.560 – 000 Santana do Araguaia - PA
LOCAL 2	Descrição:	Gabinete do Prefeito
	Endereço:	Praça dos Três Poderes – S/Nº Centro CEP: 68.560 – 000 Santana do Araguaia - PA
LOCAL 3	Descrição:	Secretaria Municipal de Finanças
	Endereço:	Praça dos Três Poderes – S/Nº Centro CEP: 68.560 – 000 Santana do Araguaia - PA
LOCAL 4	Descrição:	Tesouraria
	Endereço:	Praça dos Três Poderes – S/Nº Centro CEP: 68.560 – 000 Santana do Araguaia - PA
LOCAL 5	Descrição:	Departamento de Compras
	Endereço:	Praça dos Três Poderes – S/Nº Centro CEP: 68.560 – 000 Santana do Araguaia PA
LOCAL 6	Descrição:	Recursos Humanos
	Endereço:	Praça dos Três Poderes – S/Nº Centro CEP: 68.560 – 000 Santana do Araguaia - PA



PREFEITURA MUNICIPAL DE
**SANTANA DO
ARAGUAIA**
ESTADO DO PARÁ

LOCAL 7	Descrição:	Licitação
	Endereço:	Praça dos Três Poderes – S/Nº Centro CEP: 68.560 – 000 Santana do Araguaia - PA
LOCAL 8	Descrição:	Secretaria Municipal de Administração
	Endereço:	Praça dos Três Poderes – S/Nº Centro CEP: 68.560 – 000 Santana do Araguaia - PA
LOCAL 9	Descrição:	Assessoria Jurídica
	Endereço:	Praça dos Três Poderes – S/Nº Centro CEP: 68.560 – 000 Santana do Araguaia - PA
LOCAL 10	Descrição:	Controle Interno
	Endereço:	Praça dos Três Poderes – S/Nº Centro CEP: 68.560 – 000 Santana do Araguaia - PA
LOCAL 11	Descrição:	Departamento de Patrimônio
	Endereço:	Praça dos Três Poderes – S/Nº Centro CEP: 68.560 – 000 Santana do Araguaia - PA
LOCAL 12	Descrição:	DEMUTRAN
	Endereço:	Av. Gilberto Carvelli L.21 Qd.31 Bel Recanto CEP: 68.560–000 Santana do Araguaia - PA.
LOCAL 13	Descrição:	Secretaria Municipal de Tributos e Terras
	Endereço:	Avenida Lívio Malzoni, s/n.º – Bairro Bíblia – CEP: 68.560 – 000 Santana do Araguaia - PA
LOCAL 14	Descrição:	JUNTA MILITAR
	Endereço:	Avenida Lívio Malzoni, s/n.º – Bairro Bíblia – CEP: 68.560 – 000 Santana do Araguaia - PA
LOCAL 15	Descrição:	Secretaria Municipal de Agricultura
	Endereço:	Av. Doutor Antonio Portugal Qd. A1 – Bairro Centro CEP: 68.560 – 000 Santana do Araguaia - PA
LOCAL 16	Descrição:	Serviço de Inspeção Municipal - SIM
	Endereço:	Av. Doutor Antonio Portugal Qd. A1 – Bairro Centro CEP: 68.560 – 000 Santana do Araguaia - PA
LOCAL 17	Descrição:	Secretaria de Infraestrutura e Transportes (SEMIT)
	Endereço:	Av. Marginal S/Nº - Bairro Comercial - Bairro Centro CEP: 68.560 – 000 Santana do Araguaia - PA.
LOCAL 18	Descrição:	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP)
	Endereço:	Av. Marginal S/Nº - Bairro Comercial - Bairro Centro CEP: 68.560 – 000 Santana do Araguaia - PA
LOCAL 19	Descrição:	Departamento de ESTÚDIO/TV
	Endereço:	Av. Bráulio Machado S/Nº - Bairro Centro - CEP: 68.560 – 000 Santana do Araguaia - PA
LOCAL 20	Descrição:	FEIRA COBERTA
	Endereço:	Rua Vicente Goes S/Nº - Bairro Bíblia - CEP: 68.560 – 000 Santana do Araguaia - PA
LOCAL 21	Descrição:	Secretaria de Municipal de Governo
	Endereço:	Av. Gilberto Carvelli, S/Nº - Bairro Bel Recanto CEP: 68.560 – 000 Santana do Araguaia - PA
LOCAL 22	Descrição:	Secretaria de Municipal de Planejamento
	Endereço:	Av. Gilberto Carvelli, S/Nº - Bairro Bel Recanto - CEP: 68.560 – 000 Santana do Araguaia - PA
LOCAL	Descrição:	Secretaria Municipal de Assistência Social



23	Endereço:	Rua Carlúcio Milhomem Bezerra, s/nº, CEP: 68560-000, Santana do Araguaia – PA
LOCAL	Descrição:	Centro de Referência da Assistência Social - CRAS
24	Endereço:	Rua Raimundo Espingarda, Bairro Bíblia, lote 2-A, (dois A), quadra 85, CEP.: 68.560-000, Santana do Araguaia – PA
LOCAL	Descrição:	IGD/ Bolsa Família
25	Endereço:	Rua Raimundo Espingarda, Bairro Bíblia, lote 2-A, (dois A), quadra 85, CEP.: 68.560-000, Santana do Araguaia – PA
LOCAL	Descrição:	Unidade de Acolhimento
26	Endereço:	Rua Edmar Dias Leite, s/nº, Bairro Expansão, constituído pelo Lotes nº 42 e 43, da Quadra nº 159, CEP: 68.560-000, Santana do Araguaia/PA
LOCAL	Descrição:	SCFV/ SEDE
27	Endereço:	Rua Carlúcio Milhomem Bezerra, s/nº, CEP: 68560-000, Santana do Araguaia – PA
LOCAL	Descrição:	SCFV/ Barreira dos Campos
28	Endereço:	Rua Campo Alegre, ao lado da Farmácia, próximo a Igreja no Distrito de Barreira dos Campos, Santana do Araguaia – PA, CEP.: 68.560-000
LOCAL	Descrição:	Instituto de Longa Permanência para Idosos - ILPI
29	Endereço:	Endereço: Rua Saulo Silva, s/nº, CEP.: 68560-000 Santana do Araguaia – PA
LOCAL	Descrição:	Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS
30	Endereço:	Av. Gilberto Carveli, Praça Três Poderes, s/nº, Bairro Bíblia, CEP.: 68560-000, Santana do Araguaia – PA
LOCAL	Descrição:	Conselho Tutelar
31	Endereço:	Endereço: Rua Manoel Venusan, nº 55, Bairro Bíblia, CEP.: 68.560-000, Santana do Araguaia – PA
LOCAL	Descrição:	Ações realizadas durante o ano (Cadastro Único/ Bolsa Família/ Projetos CRAS - Vila Mandi, Vila Cristalino, Barreira dos Campos, Nova Barreira)
32		
LOCAL	Descrição:	Secretaria Municipal de Cultura - CELT
33	Endereço:	Av. José Mendonça, nº 198, sala 6. Bairro Centro. Santana do Araguaia - PA.
LOCAL	Descrição:	Casa da Cultura
34	Endereço:	Av. Therezinha Abreu Vita, s/nº. Santana do Araguaia - PA.
LOCAL	Descrição:	Sede Secretaria Municipal de Meio Ambiente
35	Endereço:	Av. Zeca Abreu, nº 50. Bairro: Centro
LOCAL	Descrição:	Parque Ambiental
36	Endereço:	Av. Antonio Portugal, s/nº. Loteamento Carajás
LOCAL	Descrição:	Projetos Quelônios do Araguaia
37	Endereço:	Barreira dos Campos, distrito de Santana do Araguaia – PA, distância do município sede cerca de 47,5 km
LOCAL	Descrição:	Aterro Controlado Municipal
38	Endereço:	Chácara Santana, localizado na zona rural, com área de 10,51

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.

2.1. Os contratos atuais estão na sua capacidade máxima de uso, tanto qualitativamente, quanto quantitativamente e, isso, está impactando no avanço de melhorias na comunicação imprescindíveis ao aprimoramento da prestação de serviços à sociedade e ao uso dos sistemas de informação necessários às rotinas operacionais da Prefeitura Municipal de Santana do Araguaia - Pará.

2.2. A implantação dos sistemas informatizados integrados de gestão na Prefeitura Municipal de Santana do Araguaia - Pará necessita de interconexão entre as Secretarias, Departamentos e os servidores de acesso principais, para que o atendimento das demandas seja realizado de forma imediata e constante, sem comprometimento dos serviços prestados.

2.3. A implantação de infraestrutura de redes, principalmente nas regiões mais remotas, traz grandes benefícios econômicos para essas regiões, entre eles a atração de provedores de acesso à internet e de empresas de tecnologia. Além disso, fomenta o uso de mão-de-obra local e, indiretamente, gera demanda para a sua qualificação.

2.4. A modernização administrativa das três esferas de governo passa, necessariamente, pela digitalização e integração dos diversos serviços públicos providos pelos órgãos de governo. Esse processo traz agilidade, complementaridade para as ações governamentais.

3. ENTREGA E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

3.1. Das características de nível de serviço:

3.2. Fornecer e instalar link de Internet Banda Larga, na modalidade link compartilhado de internet, na velocidade contratada para uso nas Secretarias e Departamentos do Município de Santana do Araguaia-PA;

3.3. Instalar a conectividade IP (Internet Protocol) – que suporte aplicações TCP/IP – a uma velocidade de transmissão de, no mínimo, especificada para cada item com a Rede Internet nas dependências da CONTRATANTE;

3.4. A CONTRATADA deverá se encarregar de prover o serviço observando os locais de instalação, meio físico e taxa de transmissão para cada unidade, conforme indicado pela CONTRATANTE.

3.5 O modem/roteador e demais equipamentos devem ser instalados na sala técnica utilizando a infraestrutura interna da CONTRATANTE;

3.6 - A CONTRATADA deverá disponibilizar toda a infraestrutura de telecomunicações (equipamentos e insumos) necessária ao pleno funcionamento dos serviços contratados, sem custo adicional ao CONTRATANTE;

3.7 - Para velocidades de 10MB e 100MB, a CONTRATADA deverá disponibilizar modem/roteador com interface LAN, Fast Ethernet 10/100, com no mínimo um conector RJ-45 para interconexão das redes.

3.8 - Para velocidade de 300MB, a CONTRATADA deverá disponibilizar modem/roteador com interface LAN, Gigabit Ethernet 100/1000, com no mínimo um conector RJ-45 para interconexão das redes.

3.9 - A CONTRATADA deverá fornecer as informações de login/senha para que a CONTRATANTE possa configurar rede LAN do roteador/modem.

3.9.1 -A conexão da porta LAN do roteador/modem com a rede interna será executada pela CONTRATANTE.

3.10 - Mudanças de endereço deverão ser realizadas sempre que solicitado mediante viabilidade técnica, sem ônus para o CONTRATANTE;

3.11 - Garantia de banda com média mensal mínima de 80%;

3.12 - Taxa mínima de upload de 20% do download contratado.

3.13 - Sem limite de tráfego.

3.14 - Disponibilidade mínima mensal do serviço de 98%.

3.15 - Tempo de reparo no local em até 24 (vinte e quatro) horas.

3.16 - Tempo de reparo remoto (sistêmico) em até 4 (quatro) horas.

3.17 - Latência máxima de 80 ms e perda de pacotes máxima de 10%;

3.18 - Cumprir as obrigações impostas pelas Resoluções ANATEL nº 632/2014 (Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações), nº 426/2005 (Regulamento do STFC) e/ou nº 477/2007 (Regulamento do SMP), no que cabível Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990);

3.19 - Os serviços deverão ser prestados dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com fornecimento de mão-de-obra e equipamentos, e ainda a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação aplicável;

3.20 - O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos de imediato, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

3.21 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

3.22 - Os fornecimentos realizados em decorrência do contrato oriundo desta licitação deverão ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias após a emissão da ordem de serviços conforme as necessidades da Prefeitura Municipal de Santana do Araguaia - Pará:

3.22.1. Será firmado Contrato com o licitante vencedor, o qual terá vigência de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato prorrogável, sucessivamente, até o máximo de 05 (cinco) anos, na forma dos artigos 106 da Lei 14.133/2021.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

4.1. São obrigações da Contratante:

- 4.1.1.** Receber os produtos no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 4.1.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 4.1.3.** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 4.1.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- 4.1.5.** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 4.1.6.** Quanto aos contratos, a Administração Pública possui as prerrogativas, na forma do artigo 104 da Lei 14.133/2021 de: modificá-los, unilateralmente; extingui-los; fiscalizar sua execução; aplicar sanções motivadas; e ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis e utilizar pessoal nas hipóteses previstas na Lei.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

5.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 5.1.1.** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca procedência e prazo de validade;
- 5.1.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 5.1.3.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 5.1.4.** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas depois, da data da ocorrência, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 5.1.5.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.1.6.** Comprovar mão de obra especializada, qualificada e em quantidade suficiente à perfeita prestação dos serviços;
- 5.1.7.** Indicar no acordo operacional pelo menos um de seus empregados para atuar como gestor do contrato, cabendo a este gestor:
 - a) Interagir com a Contratante no que se refere ao contrato;
 - b) Acompanhar o cumprimento do SLA;
 - c) Adotar medidas administrativas e técnicas para o cumprimento do SLA;
 - d) Garantir a veracidade das informações fornecidas à Contratante;
 - e) Representar a Contratada junto a Contratante;
- 5.1.8.** Enviar para o Contratante relatório de atendimento para cada chamado aberto junto a Contratada contendo, detalhadamente, dados de disponibilidade do circuito, data de abertura, data de fechamento, atividades

técnicas realizadas e solução aplicada. O relatório deverá ser enviado no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar do fechamento do chamado.

5.1.9. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração, durante a execução do contrato.

5.1.10. Arcar com todos os ônus de transportes e fretes necessários;

5.1.11. As penalidades ou multas impostas pelos órgãos competentes pelo descumprimento das disposições legais que regem a execução do objeto do presente Termo serão de inteira responsabilidade da Contratada, devendo, se for o caso, obter licenças, providenciar pagamento de impostos, taxas e serviços auxiliares;

5.1.12. A Contratada deverá assumir total responsabilidade pelo sigilo das informações, dados, contidos em quaisquer mídias e documentos que seus empregados ou prepostos vierem a obter em função dos serviços prestados, respondendo pelos danos que eventual vazamento de informação, decorrentes de ação danosa ou culposa, nas formas de negligência, imprudência ou imperícia, venha a ocasionar a Prefeitura Municipal ou a terceiros;

5.1.13. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

6. LEGISLAÇÃO APLICAÇÃO

6.1.1. A contratação em referência rege-se, em especial, pelos comandos da seguinte legislação:

6.1.2. Lei nº 9.472/1997 (Lei Geral de Telecomunicações - LGT);

6.1.3. Decreto nº 6.654/2008 (Plano Geral de Outorgas de Serviço de Telecomunicações prestado no regime público);

6.1.4. Resolução ANATEL nº 426, de 9 de dezembro de 2005 (Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC);

6.1.5. Resolução nº 477, de 7 de agosto de 2007 (Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - SMP);

6.1.6. Resolução ANATEL nº 632, de 7 de março de 2014 (Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações – RGC);

6.1.7. Demais normas regulamentares expedidas pela ANATEL e previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO.

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

8.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

8.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado, na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

8.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

8.1.4. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

8.1.5. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

8.1.6. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

8.1.7. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões:

8.2. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento (50%) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

8.3. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

8.4. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 7.2, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.5. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA.

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9.2. Toda documentação de habilitação da nova empresa deverá ser automaticamente enviada para a Contratante para as devidas providências legais.

10. DO CONTRATO.

10.1. Os Contratos serão regidos conforme a previsão dos artigos 89,90, 91, 92 da lei 14.133/2021

11. DA GARANTIA

11.1. Para este objeto, não será utilizado a prestação de garantia.

12. DA DURAÇÃO DOS CONTRATOS

12.1. A duração dos contratos serão regidos pelos artigos 105, 106, 107, 108 e 109, da Lei 14.133/2021, bem as disposições vinculativas do Edital.

13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO.

13.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as Normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências da inexecução total ou parcial.

13.2. A execução dos contratos seguirá os termos dos artigos 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122 e 123 da Lei nº 14.133/2021.

13.3. A execução do contrato será acompanhado e fiscalizado pelo fiscal de contrato com decreto específico para a função, cuja entrega dos serviços/ fornecimento será atestada nas NFs, bem como, todas as ocorrências relacionadas com a execução.

13.4. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, quanto as informações transmitidas em relação ao contrato, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

14. DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1. Os contratos regidos pela Lei 14.133/2021 e pelas regras do edital poderão ser alterados com as devidas justificativas, nos termos dos artigos 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 135 e 136.

15. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

15.1. Os contratos serão extintos nas hipóteses previstas nos artigos 137, 138 e 139 da Lei 14.133/2021.

16. DO PAGAMENTO.

16.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, após o ateste por parte do fiscal e gestor de contratos, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

16.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

16.3. Os pagamentos serão realizados na forma do artigo 141 § 1º, § 2º, seguindo a ordem cronológica, a qual poderá ser alterada conforme prévia justificativa da autoridade competente.

16.4. No caso de controvérsia na execução do objeto quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

16.5. Na contratação de obras, fornecimentos e serviços, inclusive de engenharia, poderá ser estabelecida remuneração variável vinculada ao desempenho do contratado, com base em metas, padrões de qualidade, critérios de sustentabilidade ambiental e prazos de entrega definidos no edital de licitação e no contrato, conforme artigo 144 da Lei 14.133/2021.

16.6. O pagamento poderá ser ajustado em base percentual sobre o valor economizado em determinada despesa, quando o objeto do contrato visar à implantação de processo de racionalização, hipótese em que as despesas correrão à conta dos mesmos créditos orçamentários, na forma de regulamentação específica.

16.7. A utilização de remuneração variável será motivada e respeitará o limite orçamentário fixado pela Administração para a contratação.

16.8. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços, conforme artigo 145 da Lei 14.133/2021.

16.9. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, conforme mencionada no artigo 68 da Lei nº 14.133/2021.

16.10. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado na próxima parcela, após descumprida a notificação de regularidade. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

16.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.12. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.13. No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos, conforme o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

16.14. A Administração deverá realizar consulta on-line, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais (TCU, AGU e CGU) para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018 (SICAF).

16.15. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

16.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,_____ / UF16438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0, \frac{\quad}{UF16438}$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

17. DO REAJUSTE – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO.

17.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

17.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste/ repactuação após o interregno de um ano, aplicando-se o índice INPC exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, conforme § 3º, § 4º e §5º do artigo 135.

17.3. A repactuação será precedida de solicitação do contratado, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

17.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

17.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.8. Os contratos poderão ser alterados por acordo entre as partes, na forma do artigo 124, em especial para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato;

17.9. Os preços dos contratos para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, com data vinculada: à da apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado; ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra.

17.10. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

17.11. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei 14.133/2021.

17.12. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

18. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

18.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

19.1. Comete infração administrativa nos termos do artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

19.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

19.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

19.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

19.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

- 19.1.5.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 19.1.6.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 19.1.7.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 19.1.8.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 19.1.9.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 19.1.10.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 19.1.11.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 19.1.12.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 19.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
- 19.2.1.** Advertência;
- 19.2.2.** Multa;
- 19.2.3.** Impedimento de licitar e contratar;
- 19.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 19.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 19.3.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 19.3.2.** As peculiaridades do caso concreto;
- 19.3.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 19.3.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 19.3.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 19.4.** A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 19.5.** A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.
- 19.6.** A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

19.7. A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

19.8. A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

19.8.1. Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

19.8.2. Quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

19.8.3. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

19.8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

19.8.5. A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

19.8.6. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 desta Lei, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

19.8.7. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato ou neste termo de referência.

20. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

20.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 587.550,60 (Quinhentos oitenta e sete mil, quinhentos cinquenta reais e sessenta centavos).**

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QTD	Valor unitário por Megabytes	Valor total
1	Serviço de Link de dados, dedicado e simétrico, com acesso à internet, via fibra óptica	21.420 MEGABYTES	R\$ 27,43	R\$ 587.550,60
VALOR TOTAL				R\$ 587.550,60

21. DA VIGÊNCIA.

21.1. Os contratos terão vigência de 12 (doze) meses respeitados o exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, e quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro, deverá respeitar também a previsão no plano plurianual.

21.2. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as diretrizes descritas no artigo 106 da Lei 14.133/2021.

21.3. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

21.4. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 10 (dez) anos nas hipóteses previstas nas alíneas “f” e “g” do inciso IV e nos incisos V, VI, XII e XVI do caput do art. 75 desta Lei 14.133/2021.

22. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

22.1. As despesas serão pagas com os recursos próprios da Prefeitura Municipal de Santana do Araguaia, por se tratar de Sistema de Registro de Preços (SRP) a indicação orçamentária será feita no momento de lavratura do contrato.

Santana do Araguaia - PA, 12 de junho de 2025.

ANDRÉ FERREIRA CAMPOS
Secretário Municipal de Administração
Portaria nº 066/2025